



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU PERUS

DATA: 30/10/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de vídeo

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Boa noite a todos e a todas. Sejam muito bem-vindos. Com a presença do Vereador Rodrigo Goulart e deste Vereador, na qualidade de Presidente desta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; declaro abertos os trabalhos da 51ª audiência pública do ano de 2023.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook. Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 24 de outubro no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*; dia 21, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e no dia 23, no jornal *Folha de S. Paulo*.

As sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas pelo *hotsite* www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audienciaspublicas. As inscrições para pronunciamento podem ser feitas neste momento junto à secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras, representado por Sr. Claudio de Campos, Arquiteto das Subprefeituras; Guaracy Fontes Monteiro Filho, Subprefeito de Casa Verde/Cachoeirinha; Sérgio Rodrigues Gonelli, Subprefeitura Freguesia do Ó; Fabio Polillo, Subprefeitura Jaçanã/Tremembé; Roberto de Godoi Carneiro, Subprefeitura Vila Maria/ Vila Guilherme; Luciana Torralles Ferreira, Subprefeitura Perus/Anhanguera; Marcos Antônio Zerbini, Subprefeitura Pirituba/Jaraguá, representado por Sr. Fabio Luis Barbosa, Chefe de Gabinete; João Evangelista dos Santos Neto, Subprefeitura Santana/Tucuruvi/Mandaqui; Roberto de Godoi Carneiro, da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral; Osvaldo Silva, assessor da Casa Civil.

Passemos à pautal. Esta é a 4ª audiência pública do PL 586/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes. “Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de

2016, visando a compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 08 de julho de 2023 - Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências”.

Registro a presença do Professor Osvaldo Silva, assessor da Casa Civil; da Sra. Juliana Mendes, representando a Vereadora Ely Teruel; Sr. Marcos de Miranda, Chefe de Gabinete da Subprefeitura Jaçanã/Tremembé. E um agradecimento especial à Sra. Claudia Bonavita, do CEU Perus. Muito obrigado pela cessão deste espaço para a realização desta audiência pública.

É a segunda audiência pública, não é, Vereador Rodrigo Goulart?

Aliás, Rodrigo é o nosso Relator tanto da Revisão Intermediária do Plano Diretor como da Revisão da Lei de Zoneamento. Somos os dois Vereadores aqui e também contamos com outros Vereadores, como Arselino Tatto, Marlon Luz, Rubinho Nunes, Sansão Pereira e a Silvia da Bancada da Feminista, que participam de forma *on-line* desta audiência pública.

Como de praxe nesta Comissão de Política Urbana, principalmente nos territórios, nós, da Mesa, faremos os pronunciamentos ao final da audiência pública, porque hoje estamos muito mais para ouvir do que para falar.

Gostaria de que passassem a lista com a ordem de inscrição.

Antes disso, porém, gostaríamos de exibir um vídeo que fala um pouco sobre a Revisão da Lei de Zoneamento. A seguir, passaremos a palavra aos nossos queridos amigos e amigas que vieram para contribuir com sugestões para esta importante revisão da Lei de Zoneamento.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Retornando aos trabalhos, quero chamar ao palco a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, membra da Comissão de Política Urbana,

Metropolitana e Meio Ambiente.

Vamos passar às inscrições dos munícipes. A primeira inscrita é Livia Garcia, do MTST.

Um esclarecimento: a regra das nossas audiências públicas. Segundo a regra da Câmara Municipal de São Paulo, cada inscrito tem direito a três minutos de fala.

A SRA. LIVIA GARCIA – Boa noite a todos e todas, em especial, aos meus companheiros e companheiras de luta do MTST.

Trago uma fala que é minha, mas é nossa, e que vai em dois sentidos: primeiro, o da crítica; o segundo, de trazer propostas e demandas.

A crítica que nós fazemos à maneira como vem sendo conduzida essa revisão é a da falta de participação popular. A gente sabe que a participação popular deveria ser garantida em todas as etapas da revisão, desde a elaboração até o debate. Na etapa de elaboração, houve a elaboração de cinco audiências públicas *on-line*, quando se sabe que a maior parte do nosso povo não tem internet, muito menos uma internet de qualidade para poder participar de uma audiência *on-line*. Agora, na etapa de debates, estão sendo poucas as audiências realizadas nas regiões da cidade.

Então, a participação da população não tem sido garantida como nós sabemos que poderia ser, porque há mecanismos já conhecidos e poderiam ser utilizados para garantir a participação da população que é a maior interessada numa lei como essa que afeta o cotidiano do nosso povo.

A pergunta que fica é: a quem interessa esse atropelo, essa pressa na discussão? Não é ao povo. A gente sabe que tem interesse por trás disso e quem tem sido muito bem ouvido nessa discussão: o mercado imobiliário.

Para além da crítica, a gente traz, também, propostas. O povo, quando ouvido, tem propostas e demandas. Trago duas.

A primeira: garantir nessa revisão a ampliação das ZEIS. Ela precisa ser garantida de duas maneiras: que os imóveis abandonados pela cidade e que não cumprem a sua função

social sejam identificados como ZEIS, incluídos nas ZEIS.

E, também, que as comunidades já consolidadas tenham a sua história e trajetória respeitadas e incluídas nas ZEIS. Na zona Norte, temos o Jardim Julieta, Jardim Guarani, Nova Esperança, que deveriam ter sido incluídos nas ZEIS, e ainda não o foram.

A gente também quer trazer a questão dos eixos estruturantes, da sua ampliação, porque o povo também quer morar nos eixos estruturantes, onde tem transportes, trem, serviços, trabalho. Há uma necessidade de se garantir que moradias populares sejam, construídas nos eixos estruturantes, tanto no centro da cidade quanto nos centros periféricos, porque o que a gente assiste é um processo de construção de empreendimentos enormes, nos centros periféricos, em volta das estações de trem e dos terminais de ônibus, mas onde o povo não consegue comprar.

Então, mesmo na periferia, o povo periférico não consegue morar perto da estação de trem, de ônibus, e vai ficando no fundão da periferia. O que estou trazendo aqui é a necessidade de que essa revisão do zoneamento sirva ao povo trabalhador desta cidade, sirva para combater as desigualdades sociais.

Muito obrigada. MTST. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Livia, pelo respeito ao tempo e pela sua fala.

O segundo inscrito é o Guilherme Correia Filho, do Salve Periférico.

O SR. GUILHERME CORREIA FILHO – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Vereador Fabio Riva, Presidente.

Nós, do Movimento Salve Periférico, compactuamos com o que a colega falou recentemente. A discussão do Plano Diretor deve, sim, ser regionalizada. Nós estamos vindo do fundo do Jaçanã-Tremembé, onde nós temos regiões e ocupações de loteamentos clandestinos que a municipalidade há anos se olvidou, deixou as comunidades construírem e, agora, precisa regulamentar. Não dá para discutir em Perus, com todo respeito à municipalidade e à Câmara Municipal, temas do Jaçanã-Tremembé. Desculpem-me, mas precisamos regionalizar a

discussão e que o povo, realmente, participe dessa discussão, que todas sejam ouvidos. (Palmas).

É uma pena que o pessoal do Ministério Público não esteja presente hoje. Mas, durante a discussão orçamentária, eu fiz esse apontamento, porque becos e vielas “não podemos recapear, não podemos fazer, porque há um apontamento do Ministério Público, e a Subprefeitura não pode fazer”. Temos cadeirantes e pessoas com necessidades especiais e que precisam que haja esse reparo nos becos e vielas.

Na zona Norte, Jaçanã/Tremembé, tem muitos problemas de regularização fundiária. É muito morro. Lá é o nosso Rio de Janeiro em São Paulo. Por isso nós gostaríamos que essa discussão fosse regionalizada e que o Jaçanã/Tremembé fosse realmente ouvido.

Era só isso que eu precisava falar. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado, Guilherme.

Somente lembrando que a Comissão vai realizar uma audiência lá em Jaçanã/Tremembé. Já tem uma data marcada. A Comissão aprovou 23 audiências públicas, não é Silvia? Ela faz parte da Comissão. Mas as outras Comissões existentes na Câmara, como a de Justiça, Trânsito e Transporte, Administração Pública, enfim, todas as outras Comissões também vão ter os calendários de audiências públicas. Tenho certeza de que vamos contemplar todas as regiões da cidade para poder ouvir mais as pessoas.

Vamos ao terceiro inscrito, Sr. Sebastião Júnior, do Condomínio Vila Albertina, da Parada de Taipas. Tem a palavra Sebastião Júnior. (Palmas)

O SR. SEBASTIÃO JÚNIOR – Boa noite a todos. É um prazer estar aqui no Distrito de Perus. Quero cumprimentar todos os representantes da Mesa, todas as lideranças populares aqui presentes. Estão todos de parabéns.

Quero dizer também que a descentralização administrativa da cidade de São Paulo, em 31 Subprefeituras, foi uma conquista da cidade. Não é possível que qualquer assunto que diga respeito ao destino da cidade não possa ter a discussão garantida na base das Subprefeituras. Então é muito importante, não somente Jaçanã/Tremembé, mas todas as

Subprefeituras. É importante que a Câmara Municipal garanta uma plenária como esta com ampla convocação, com antecedência, e que todos os movimentos sociais e representantes possam dizer o seu posicionamento.

Por que digo isso? A lei é de 2016, nós estamos em 2023, ou seja, são quase dez anos que a cidade de São Paulo está amarrada, parada, indecisa, em relação aos destinos dos investimentos, em relação à onde deve se fazer os melhores investimentos e melhores empreendimentos.

A minha origem no movimento de moradia, nós começamos esse movimento na década de 80, na Vila Albertina, e construímos conjuntos habitacionais pelo sistema de mutirão, na Parada de Taipas e também na Jova Rural, nos coloca um problema terrível, por que o pobre tem que morar longe do trabalho? Porque o governo constrói e possibilita construções de programas habitacionais nas áreas e não garante a possibilidade dessas áreas também conviverem com pequenos empreendimentos. Então esses loteamentos precisam ter também a preservação de áreas para desenvolvimento de atividades econômicas de pequeno e médio porte para absorver aquelas famílias que chegam naquele território, para que também possam ter o seu direito ao trabalho garantido. Está certo?

Viva a zona Norte. Viva São Paulo. Parabéns a todos por essa atividade de hoje.

Muito obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Sebastião.

Quero anunciar a presença do Professor Ricardo, assessor da Vereadora Luna Zarattini.

Quero informar aos senhores e senhoras, quem ainda não se inscreveu, se inscreva, porque, por questão regimental, precisamos encerrar as inscrições. Mais alguém para se inscrever? Estão encerradas as inscrições. Todos aqueles que se inscreveram terão garantido o uso da fala.

O próximo inscrito é o Sr. Humberto Rett, morador da região de Fernão Dias.

O SR. HUMBERTO RETT – Boa noite a todos. Na verdade, sou empresário da região

da Rodovia Fernão Dias.

Eu estou aqui, porque achei inicialmente que, como disse o Guilherme, a gente não iria ter audiência na nossa região. Vou voltar lá, mas ótimo que esteja aqui também.

A minha preocupação é quanto ao eventual retrocesso nos eixos de desenvolvimento da Fernão Dias e da região. Como disse também o meu antecessor, é preciso que sejam criadas condições para que as empresas se desenvolvam e se instalem naquela região. Então a minha preocupação é que haja retrocesso e, ao contrário, que sejam ampliados esses eixos.

Essa é a questão. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sr. Humberto.

Agora passaremos para a Sra. Luzia Maria Honorato, conselheira tutelar.

A SRA. LUZIA MARIA HONORATO – Eleita.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Eleita. (Palmas). Você foi eleita ou reeleita,

— Luzia?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – O próximo é o Paulinho. Depois, o Quintino e a Mônica.

Com a palavra Luzia Maria Honorato, conselheira tutelar eleita.

A SRA. LUZIA MARIA HONORATO – Boa noite.

Gente, eu também fiquei frustrada, porque eu achei que aqui eu ia poder falar, porque nós temos tantas necessidades, mas primeiro eu quero falar uma necessidade e como são somente três minutos, tem que ser rápido. E essa Raimundo Pereira de Magalhães, pelo amor de Deus. Vamos pensar, já que estamos falando de zoneamento, estamos falando de construção, de qualidade de vida, de melhoria. A Raimundo Pereira de Magalhães está um caos.

Agora, eu vou passar para a parte sofrida. O conselho tutelar acabou de tomar posse, vai trabalhar a partir do mês de janeiro, e recebemos informação dos que estão trabalhando em situação muito precária, com falta de vagas escolares numa proporção absurda, com crianças estudando fora do nosso território, fora da nossa região. Parece que assumem o pagamento do

transporte, mas não pensam no transtorno que é para a família ter os seus filhos tão distantes.

Aí nós temos outra situação gravíssima, que é a população de rua e ninguém poderá dizer que não é problema nosso. É problema do nosso território, é problema humano. E, se é problema humano, é problema nosso. Então, temos de nos preocupar. Nós temos falta de vaga em EMEI, falta de vaga em EMEF, falta de vaga para o ensino médio, e com qualidade. Temos casa de acolhimento acho que em número suficiente pelo que a atual conselheira tutelar me contou agora. Estamos com o CAPS com deficiência nos atendimentos de especialidades, as terapias dos CAPS não estão dando o atendimento que necessitamos, e a área de especialistas em atendimento está uma tragédia humana. Precisamos de tudo, desde o atendimento primário até o especializado.

A escola fica desesperada porque não tem como encaminhar uma criança que precisa de atendimento. Nós não temos psiquiatras em número suficiente, não temos psicólogo, não temos pediatra, não temos clínico geral, não temos ginecologista. Realmente, estamos vivendo uma decepção. Acho que vim do século passado, feliz da vida com meus 79, e mais feliz ainda porque nós começamos um trabalho sem ter casa para atender a comunidade, ao passo que nós entregamos para os conselheiros, que assumiram no comecinho desse século, agora no ano 2000, entregamos casa, carro, telefone. Tinha uma casa até que era razoavelmente confortável, mas agora está em situação extremamente precária, é recém-alugada e parece que não cabe os cinco conselheiros tutelares eleitos para desenvolverem o trabalho. Foi alugada uma casa muito pequena. Então eu acho que é preciso pensar também não só na moradia porque todos que vão morar vão viver precisando dessa rede de acolhimento, dessa rede de atendimento.

Srs. Vereadores e Srs. Subprefeitos aqui presentes, muito obrigada pelo acolhimento. E a todos dizer que nós estamos muito felizes – não é Jackson? – por poder acolher a região inteira pela primeira vez, e isso é maravilhoso. Sejam todos bem-vindos na Vila Guilherme, até o Morro Doce. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fábio Riva) – Obrigado, Luzia. Próximo inscrito, Paulinho

Rodrigues do Jornal Cultural.

O SR. PAULO RODRIGUES DOS SANTOS (Paulinho) – Boa tarde. Eu acho que vou me somar à opinião do MTST. O empresário falou aqui, a gente precisa ter moradia, precisa ter emprego e tudo próximo, não dá para fazer esse pêndulo de todo dia ir para o centro. Então quando a gente quis garantir zonas industriais como garantimos aqui em Perus no Plano Diretor passado, e agora o que estamos fazendo é a revisão do PDE, temos que pensar em si próprio, na zona de interesse social. Mas eu venho para dizer o seguinte, é fortalecer porque já deu frutos as nossas zonas industriais que nós conseguimos ano passado. Na Raimundo Pereira de Magalhães foram gerados mais de dois mil empregos, e isso está fazendo no território um processo importante, um processo de desenvolvimento, tanto quem mora no Laranjeiras quanto no Bel Fiori, você já percebe o comércio movimentado, mesmo, às vezes, quem não mora bairro e está trabalhando ali, circula no bairro e já está trazendo desenvolvimento para cá.

Queria pedir que nessa revisão, que desse total apoio ao nosso polo de desenvolvimento, que não envolve só Perus, pega lá da Fernão Dias e vem fazendo um corredor na Anhanguera, na Raimundo e na Bandeirantes. Então é fortalecer também esse lado e gerar emprego e renda nos territórios. Evitar de as pessoas saírem todo dia, as mulheres serem assediadas em lotação, em trem lotado e ônibus lotado. Hoje as pessoas demoram mais tempo na condução do que, de repente, no trabalho. Hoje, o empresário reclama: o cara veio trabalhar e depois saiu? Pô, ele demora quatro horas para chegar, fica trabalhando e na hora que resolve umas continhas, fala: não dá, não consigo, não tenho saúde para isso. As pessoas precisam morar e trabalhar próximo de casa, dedicar o tempo que tem para educação, o tempo que sobra, entre aspas, dedicar para os filhos, para a família, até vamos ter famílias mais felizes. Então temos que trabalhar com a questão da moradia, mas também com questão do desenvolvimento de emprego e renda nos territórios.

Gostaria também de lembrar que temos uma luta antiga no bairro, a questão na Anhanguera do Acampamento Irmã Alberta. É preciso que seja garantido que lá esteja o pessoal do MST fazendo agroecologia, que é também importante para o território.

Agora, Riva, eu discordo um pouco da questão da divulgação porque em Perus nunca tivemos um auditório, só com pessoas daqui, tão vazio. A gente sempre lutou e pegou mais cheio do que aqui está porque divulgar na *Folha de S. Paulo* e no *Estado de S. Paulo* não vai resolver, não vende mais de 20 exemplares por dia. (Palmas) As bancas estão mudando, não são mais bancas, são tudo menos banca de jornal, vende raspadinha, vende não sei o quê, vende bingo, não é mais banca de jornal. Então divulgar só na *Folha de S. Paulo* e no *Estado de S. Paulo* é muito pouco. Acho que a divulgação tem que ser mais maciça, tem que ter divulgação mais presente porque sempre tivemos participação mais efetiva. Este salão está pequeno. Hoje eu não vejo aqui muita gente importante e tantos outros, porque estão na Câmara Municipal. Temos um cidadão sendo hoje homenageado com o Título de Cidadão Paulistano, um cidadão do bairro de Perus, que é importante na nossa luta - com exceção da vala comum - é o Toninho Eustáquio sendo homenageado. E umas 80 pessoas de Perus, que podiam estar aqui, estão na Câmara Municipal. Então eu acho que esta audiência podia se repetir porque ainda está muito devagar.

Prazer em conhecer todos que estão aqui, prazer em ter uma relação, vamos sair daqui conhecendo pessoas de outros bairros e trocar informações, mas eu acho que cada bairro, cada território tem que ter uma audiência específica. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Paulinho. Quero convidar também para compor o palco o Sr. Heitor Sertão, que representa o subprefeito da Freguesia-Brasilândia, Sr. Sérgio; chamar também Dr. Fabio Luís Barbosa, chefe de gabinete da Subprefeitura Pirituba-Jaraguá representando o Subprefeito Marcos Zerbini.

Passemos ao próximo inscrito, Quintino José Viana, Ousadia Popular.

O SR. QUINTINO JOSÉ VIANA – Boa noite a todos. Eu sou do Movimento Ousadia Popular do Jardim Damasceno, Brasilândia. Estou aqui para cobrar a moradia do povo que vive sofrendo nas barranceiras, morrendo debaixo da terra, que nem ali na Capadócia. Pelo lado do Jardim Esperança, caíram seis barracos e a Prefeitura não fez nada para esses moradores. Essas famílias não têm onde morar.

A gente defende muito essa área, para o pessoal não entrar ali, que é área perigosa.

E a Prefeitura não tomou conta, não! O gordão ali foi contra mim! Agora está aqui, cara a cara comigo! Ele foi lá na minha associação me processar, ainda, porque eu estava falando a verdade, eu estava cobrando o direito do povo! O povo precisa de moradia, o povo precisa de emprego, o povo precisa de saúde! O povo precisa de meio ambiente! O povo precisa das nossas águas!

E nós não temos respeito. Será que o nosso dinheiro que nós pagamos de imposto não vale nada? Nós temos que aguentar a humilhação dos administradores. Entra um administrador, um governante e não faz nada; ele cobra, cobra e vira a cara. Nós, no Jardim Damasceno, temos a Unidade Básica; 49 anos nós esperamos uma Unidade Básica, com 32 mil famílias. E a gente cobra, cobra e fica só na conversa fiada, só na conversa fiada e ninguém faz nada, fazendo hora com as nossas caras.

Está na hora de o povo começar a quebrar o pau, que nem quebra o pau lá fora, porque é uma safadeza que nós temos dentro do nosso Brasil! Infelizmente, aqui nós não temos respeito, não, porque os administradores só pensam neles. Quando chega eleição, eles vêm tudo correndo para o lado dos coitadinhos que estão lá sofrendo dentro do barro, dentro de um barraco que não tem nem condições de eles morarem. Agora, depois que passa, viram as costas para eles. Mas não é assim, não. Tem que respeitar o povo. O Brasil é nosso, então tem que nos respeitar.

É isso que eu tenho que passar para vocês. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Sr. Quintino, muito obrigado.

Próxima, Mônica Carabolante. Depois, Álvaro Peccicacco, Ednilson Rocha e Rosa Cafasso.

A SRA. MÔNICA CARABOLANTE – Boa noite, Sr. Vereador Fabio Riva, Sr. Chefe de Gabinete de Pirituba, Mesa, senhoras, senhores.

Eu sou Mônica Carabolante, represento o coletivo Arte Nuclear, tenho sido artista a vida toda e, por causa das nossas propostas, a Associação Comercial tem nos apoiado. Nosso trabalho é voltado principalmente para cultura, porém gostaria de solicitar à Mesa e a todos que forem cuidar das leis de zoneamento que realmente cuidassem com muito, muito, muito cuidado

as solicitações de toda São Paulo que se referirem a meio ambiente, primeiramente. É uma questão de sobrevivência humana. Se não estamos percebendo, acho melhor a gente começar e, através do zoneamento, é possível a gente cuidar disso. Então, por favor, atendem a todas as solicitações que fizerem em relação a meio ambiente.

Eu venho aqui pedir especificamente, pela cultura, que seja implantado o Distrito Criativo Centro Histórico de Pirituba. Ele está fundamentado na preservação arquitetônica e ambiental. É um conceito facilmente replicável, então estou pedindo em nome de Pirituba, mas é possível replicar essa ideia em Taipas, Jaraguá, Perus, Anhanguera, facilmente e de forma econômica.

Esse Distrito Criativo já consta do Plano Diretor, no Plano Regional, então o que a gente solicita é que ele seja implantado. Ele também já consta, porque ele é uma pequena parte do TICP Perus-Jaraguá, condição básica legal para que o Distrito Criativo seja implantado. Essa demarcação resolveria uma grande lacuna que a gente tem de cultura por aqui. Nós não temos equipamentos, não temos ações, são muito poucas. Realmente, a cultura que é feita aqui em Pirituba é em função dos coletivos, então essa demarcação ajudaria a fomentar todo esse território onde o artista, o produtor desenvolve a economia. Nós já estamos debatendo com esses coletivos para realmente somarem e fortalecerem essa solicitação, para desenvolvimento da economia criativa.

Muito obrigada, senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Mônica Carabolante.

Quero registrar, e pedir que venha compor a Mesa, a presença do Sr. João Neto, Subprefeito de Santana, Tucuruvi, Mandaqui. Obrigado, João, pela presença.

Próximo inscrito, Álvaro Peccicacco. (Pausa) Não vai se manifestar? Então abriu mão. Obrigado, Álvaro, pela presença.

Próximo inscrito, Ednilson Rocha Moraes.

O SR. EDNILSON ROCHA MORAES - Pessoal, boa noite. Para quem não me conhece sou o Ednilson, mais conhecido como Nilsinho de Perus, moro há quase 60 anos no

bairro.

Boa noite, Srs. Parlamentares, Subprefeitos e Subprefeita presentes.

Uma coisa interessante que quero colocar aqui em relação ao zoneamento que temos. Falo de Perus porque sou morador e conhecedor daqui do bairro. É importante a revisão do zoneamento no nosso bairro. Vou dar o exemplo de uma área que poucas pessoas sabem que pertence a Perus, que é a Chácara Maria Trindade. É uma área que foi implantada desde 2001, hoje, é predominante área industrial, não se consegue uma regularização naquela área.

Acho que é muito importante discutir o zoneamento. Estou me referindo à Chácara Maria Trindade como uma área onde estão as vilas 23, 24, 33 e 34. Não se consegue uma regularização fundiária porque predominante é área industrial. Se parar para pensar, desde 2001, uma das áreas que estou dizendo, tem quatro vilas com numeral.

A gente entra com regularização que é impedida por causa do zoneamento. Então é muito importante essa revisão para que o bairro possa crescer. Ele não cresce porque exigem que a área seja regularizada, mas é uma medida que não estamos conseguindo por motivo de não se dar atenção ao zoneamento.

Acho isso muito importante. Peço que fique em pauta para todo mundo ter uma clareza de que a Chácara Maria Trindade também pertence ao bairro de Perus e precisa também de uma atenção especial. Não só lá, como aqui dentro do bairro há muitos lugares também que, infelizmente, o zoneamento não permite a regularização. Então é importante a revisão das áreas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Nilsinho. A próxima inscrita é a Sra. Rosa Cafasso.

A SRA. ROSA CAFASSO – Boa noite a todos. Sou comerciante da Avenida Nova Cantareira, na zona Norte, que pertence ao Jaçanã. Há 23 anos venho tentando a regularização de 400 metros, numa área de quase três mil metros. Eu não consegui até hoje por conta de que foi extraviado dentro da Prefeitura o que comprova o uso.

Ao longo desse tempo, com alvará de funcionamento, foi trocando esse zoneamento. Hoje lá é o zoneamento ZERa. No entorno existem vários comércios, serviços, só que com esse zoneamento que alterou há pouco tempo, o ZERa, acabou nos prejudicando imensamente. Eu vinha cumprindo os alvarás de licença e de funcionamento anual, agora eu perdi por conta de que eu não consegui regularizar o imóvel depois de 22 anos tentando.

Hoje, aqui, eu peço, eu solicito, a mudança de uso para o ZCOR-3, isso me ajudaria bastante a continuar, depois de 22 anos, com o meu trabalho lá.

Quando eu comprei lá, o zoneamento que eu tinha direito com essa mudança eu perdi esse direito. Então eu venho solicitar a mudança do uso para ZCOR-3.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – A senhora poderia dizer o nome da Via, por favor, para nós anotarmos e ficar gravado.

A SRA. ROSA CAFASSO – Avenida Nova Cantareira, 7000. Essa avenida começa na Zuquim e vai até... Assim, toda essa avenida tem comércio, mas dois quilômetros antes de terminar que é onde eu estou, ela já não permite o uso.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Ela transformou para ZER? Ela é ZER?

A SRA. ROSA CAFASSO – Sim. Hoje ela é, só que... assim, tudo o que comprovava a licença para o alvará de funcionamento eu tenho num processo de 98, justifica que, desde 73, existia esse comércio lá. Só que foi extraviado pela Prefeitura então hoje eu não tenho como comprovar.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Nós estamos anotando aqui, nós vamos verificar. Muito obrigado.

A SRA. ROSA CAFASSO – Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – O próximo inscrito é o Sr. Everton Rodrigo Silva. O seguinte é o Sr. Eduardo Alves de Oliveira, depois o Willians Fernandes da Silva – Mad, e Gilvan Ramos Mortoni.

O SR. EVERTON RODRIGO SILVA – Boa noite a todos. Meu nome é Everton, sou

mais conhecido como Kadu. Eu vim aqui para reclamar devido a obra que está acontecendo aqui e tem enchente frequentemente.

Eu estou indignado porque já cansei de perder as minhas coisas dentro de casa. Já perdi televisão, guarda-roupa, roupa, perdi tudo. A Prefeitura nunca me deu assistência, nunca me indenizou e quero ver o que eles vão fazer para arcar com todos esses prejuízos que eu tive. Nunca recebi benefício, nada.

O reboco da minha casa está caindo quase todo. Se der mais umas 10 enchentes, de novo, a minha casa pode cair, porque está toda úmida.

Então, eu quero um parecer e receber, pelo menos, uma indenização. Eu quero uma resposta da Prefeitura e eu tenho o vídeo, aqui, no celular. Está tudo aqui, no meu celular, gravado: os vídeos de todas as enchentes que houve na minha casa. Aí, eu quero um parecer da Subprefeita daqui, sobre o que vai fazer para poder me ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Vou só abrir uma exceção. Sr. Kadu, respeitamos a audiência pública e por isso mantivemos a sua fala, mas peço que, depois, a Subprefeita de Perus/Anhanguera converse com o senhor em particular, até porque esta é uma audiência pública. Nós estamos gravando. Ela é uma prerrogativa da Comissão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Eu estou presidindo a Comissão e o senhor vai ficar em silêncio. Ele teve seu direito de fala. O que eu estou dizendo... O senhor nos respeite, porque estamos em uma audiência pública. Ele respeitou sua fala.

Sr. Kadu, como a audiência pública é de um assunto pertinente a um projeto de lei, e não é um assunto referente ao bairro, exclusivamente, gostaria que o senhor conversasse com a Sra. Luciana, Subprefeita de Perus/Anhanguera, por favor. Para qualquer outro munícipe que tenha algum assunto específico para tratar com cada Subprefeito que está aqui, de Pirituba, da Casa Verde, digo que, ao final desta audiência pública, os Subprefeitos vão ficar disponíveis para falar sobre qualquer outro assunto. Quero deixar isto claro para que possamos continuar nossa audiência.

Obrigado, Sr. Kadu. Está anotado.

O próximo inscrito é o Sr. Eduardo Alves de Oliveira.

O SR. EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Senhoras e senhores, quero agradecer à Mesa pela oportunidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Só um minutinho, Sr. Eduardo... Quero me dirigir a quem está conversando: aqui é uma audiência pública e nós ouvimos todo mundo. Vamos ouvir, então, por favor. Está com a palavra o Sr. Eduardo Alves de Oliveira. Por favor, o senhor respeite todo mundo, aqui. Todo mundo, aqui, está ouvindo. Já ouvimos sua reivindicação. Se o senhor não parar de falar, nós vamos interromper a audiência pública para só ouvir o senhor. Então, o senhor, por favor, respeite o orador que está na tribuna. Ele não se inscreveu.

O SR. EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Quero agradecer a presença de todos e cumprimentar o pessoal da Mesa. Eu sou morador de Jaçanã/Tremembé.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Vamos aguardar um minutinho, retomar o seu tempo e manter a ordem. Vamos lá.

O senhor tem a palavra. Obrigado e desculpe-me.

O SR. EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA – Não é nada. Agradeço a presença de vocês todos.

Eu sou morador de Jaçanã/Tremembé há 26 anos, residente próximo ao Horto Florestal. Nós estamos, já, na briga para regularizar um loteamento. São 240 lotes. Desde 1997, estamos nesta situação, com a convivência da Jaçanã/Tremembé, que, na época, fez um contrato de parceria com uma associação para a venda dos lotes, sendo que houve maquinários da Subprefeitura que abriram os loteamentos, naquela ocasião. Todos os que tiveram acesso ao loteamento gostaram. Compraram, porque tiveram a informação de que a Subprefeitura estava com o documento já próprio para regularizar. Aí, todos caíram na lábia das pessoas que frequentavam a associação, com convivência da Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé.

Então, nós estamos com dificuldade para fazer a mudança do zoneamento, lá, também, o que é uma coisa muito grave. Nós estamos em uma área de manancial, Área de Proteção Ambiental. Aí, estamos lutando para que seja feita essa revisão do Plano Diretor, para mudarmos o nosso zoneamento.

Agradeço a todos pela presença e, como já houve a fala do Sr. Guilherme, com o Sr. Subprefeito, de que vai haver uma audiência, lá, em Jaçanã/Tremembé, espero que vocês tenham a presença, também, nesse dia. Agradeço pela fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Sr. Eduardo, por favor, qual é o endereço do local, para que possamos anotar o que o senhor falou, de 250 lotes e famílias?

O SR. EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA – São 240 lotes. É na Rua São Cleto, na Vila Irmãos Arnoni, em Jaçanã/Tremembé.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA – Obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – O próximo orador é o Sr. Williams Mad, presidente da Associação Comercial e Empresarial do Distrito Anhanguera.

O SR. WILLIAMS FERNANDES DA SILVA – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, em nome do Sr. Fabio Riva, Presidente da Comissão. Obrigado, porque não é fácil juntar todo este povo aqui, não. Viu, gente? O negócio não é brincadeira. Sabemos do compromisso de cada um, mas é mais difícil, ainda, quando falta comunicação, embora quiséssemos esta casa cheia. Contudo, sabemos que há outra dificuldade que ocasionou a casa não estar cheia. São as obras, que são benéficas. Sabemos que é para, realmente, acabar com a questão das enchentes. Temos de respeitar isso, mas chegar aqui não é fácil. Há muita gente com dificuldade de chegar. É só para deixar registrado, aí, que, talvez, um pouco do fato de as pessoas não terem vindo seja, também, por dificuldade de acesso por conta das obras. Então, temos que melhorar um pouco a nossa comunicação para facilitar a vida de quem quer vir para participar. Porque quando vocês vêm aqui dar a cara, a população tem que estar aqui para, realmente,

contemplar o trabalho de mudança.

Temos aqui algumas situações. Regularização fundiária tem que ser feita com olhar para a sustentabilidade dos bairros, reconhecendo e respeitando o potencial de moradia e comércio. O Paulinho e outras pessoas falaram sobre a questão do emprego próximo de casa. Nós temos essa grande dificuldade em Perus, principalmente, para que o emprego e moradia caminhem juntos para que esses trabalhadores tenham melhor qualidade de vida, porque muitas das vezes levam de duas a três horas para chegar ao seu emprego. Isso foi comentado e é algo que realmente vem acontecendo conosco.

Os eixos de desenvolvimento, como foi falado, devem ser, sem dúvida, ampliados. Porque se a gente quer trazer o emprego próximo dos moradores, temos que ter as empresas. Então esse zoneamento tem que ter esse olhar para as Zonas Predominantemente Industriais e principalmente ZM. Tem muito bairro que, infelizmente, faz ZEIS, ZER e aí você não tem o espaço para que possa produzir o comércio. Como você vai desenvolver o comércio se você não pode ter o comércio se o zoneamento não permite? Então temos de ter esse olhar. Não existe bairro sem comércio. Não dá para eu morar em Perus e comprar pão na Lapa. Não tem como. Porque lá pode, aqui não pode. Então temos que pensar com mais carinho sobre isso. Essa é uma luta antiga.

Precisamos ver, também, os mapas. Sabemos da questão da mudança do zoneamento, mas acho que a transparência à população, ou seja, a acessibilidade à população para que ela possa ver esses mapas com o novo zoneamento ou pelo menos com as sugestões de zoneamento. Precisamos ter uma ideia do que está mudando para que possamos identificar e sugerir à Comissão a apresentação do zoneamento atual. Porque tem muito terreno, por exemplo, em Perus, nós vivemos em uma mata. Perus é maravilhoso, o ar é maravilhoso, mas estão degradando muito espaço que poderia ser preservado e onde deveria ter construção de casas, moradias ou empresas, simplesmente, não é levado a sério, porque alguém esqueceu de sugerir que aquele terreno poderia realmente fomentar moradia e emprego.

Então é importante para gente fazer um estudo mais profundo sobre a questão

ambiental, pois temos, com certeza, áreas com viabilidade de residências e que a dificuldade de organização é muito burocrática.

Chácara Maria Trindade é um problema não só de zoneamento. Somos segregados. Chácara Maria Trindade, infelizmente, tem um pedágio na porta dela. Aí fala: mas já resolveu, porque os moradores que estão lá não pagam pedágio. E quem vai oferecer serviços e produtos? Como é que faz? Então está na hora de entendermos que o pedágio que ali é inconstitucional. Sabemos disso. Ele deveria estar no quilometro 35, mas está no 25. Até quando nós vamos aguentar isso? Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Próximo inscrito Sr. Gilvan Ramos Mortoni, da Associação dos Moradores de Itaberaba I.

O SR. GILVAN RAMOS MORTONI - Boa noite a todos! Boa noite, Vereador Fabio Riva, Subprefeita Luciana e demais componentes da Mesa. Vou começar falando de outro município vizinho a nós, que antes de ser implantado o Rodoanel, Carapicuíba era uma cidade dormitório e hoje Carapicuíba tem, depois que passou o Rodoanel no Jardim Jandaia, desenvolvido indústrias. Você não vê um terreno vazio industrial. Aqui no Parque Anhanguera passa o Rodoanel. O mesmo Rodoanel que passa lá, passa na Anhanguera e Perus. É um desperdício. Não vejo um planejamento para colocar nas margens do Rodoanel, tanto em Perus quanto na Anhanguera, um zoneamento industrial para, no futuro, aquela política do trabalhador trabalhar mais próximo da sua residência ter um emprego nessa região. Se mudasse o zoneamento 300 metros de um lado, 300 metros do outro, criasse uma Marginal feita pela Prefeitura, para que tivesse, de fato, galpões e indústrias não poluentes para desenvolver a região Perus e Anhanguera porque o Rodoanel é um potencial de desenvolvimento. Mas vai esperar o quê? As ocupações irregulares, loteamentos clandestinos, favelas ficarem as margens do Rodoanel para no futuro criar um monte de problemas sociais?

Então peço a Comissão de Política Urbana para analisar com carinho esse potencial que a Rodoanel traz para nossa região. E lamentar que antigamente as reuniões aqui eram lotadas, principalmente, quando tinha audiências públicas do Plano Diretor, mas veio a

pandemia. Depois que veio essa pandemia, criou esse negócio de reunião *on-line*, que muita gente nem *internet* tem e muitos não participam. Espero que a partir de agora venha a ter audiências públicas como essa. Estou representando meu bairro, estou com meu documento, mas falei em nome da região Anhanguera/ Perus, para que nós, lá na frente, venhamos a usufruir de toda essa luta de hoje, para se ter emprego, desenvolvimento na região. Ok pessoal! Boa noite a todos! Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado Gilvan. Próximo inscrita Prof. Ricardo Pinto, Assessor da vereadora Luna Zarattini

O SR. RICARDO PINTO – Boa noite, todas, todos e todes.

Sou o professor Ricardo Pinto, estou aqui hoje representando o mandato da Vereadora Luna Zarattini. A pedido da Vereadora Luna Zarattini, cumprimento toda Mesa, em nome da Vereadora Silvia, uma das poucas mulheres presentes na mesa. Eu acredito que essa discussão é fundamental, discussão que não teve anteriormente quando estávamos discutindo o Plano Diretor. Essa discussão do Plano Diretor já é perdida, porque ele já foi aprovado.

Nesse momento temos que evitar danos, maiores danos para as nossas regiões. Não houve a consulta aos movimentos populares, não houve a consulta aos mais interessados, não houve a consulta aos mais vulneráveis, apenas se decidiu um Plano Diretor para a cidade de São Paulo sem escutar a população mais necessitada e necessária ser ouvida. Nesse debate nós nos perdemos infelizmente.

A lei do zoneamento é outra batalha que nós precisamos levar mais qualidade para os nossos locais de moradia. Eu sou da Brasilândia, lá no Fundão da Noroeste, chamada de Elisa Maria, alguns conhecem, outros não conhecem, mas eu sou de lá. Sendo de lá eu comecei a ver o seguinte, muitas das coisas importantes que nós não temos, como já foi dito aqui, por exemplo, um trabalho próximo ao local de moradia. Esse é o único problema que nós temos dentre outros. Eu também preciso do lazer porque hoje que eu mais tenho visto dentro da minha comunidade é o embate entre moradores contra moradores, por conta da ausência de lazer, por conta do descaso das nossas praças, por conta do descaso com os nossos parques e a falta

deles também, porque nesse plano a gente já perdeu o debate. Eu moro na Brasilândia, numa linha reta, se tivesse a linha Leste/ Oeste, eu chegaria facilmente em Guarulhos. Hoje eu tenho que dar uma volta enorme. Acredito que quem mora em Pirituba tem esse mesmo problema, quem mora em (palavra ininteligível) esse problema, que não é um problema de muitos outros que tem acesso mais fácil e nós não temos.

Mas, além do lazer, nós temos de discutir a questão da importância dos CEUs. Os CEUs em nossas regiões passam a ser fundamental porque geram um desenvolvimento local. Onde há um CEU, vai ter um comércio, vai ter um restaurante, vão ter pessoas circulando e vai trazer o desenvolvimento local que é tão importante para nós que moramos mais no fundão e precisamos disso. Nesse momento nós não vemos nenhuma ideia de levar os CEUs para os fundões onde são necessários, por exemplo, como posso falar do Jardim Elisa Maria, que seria fundamental para todos os que estão lá, inclusive, para o desenvolvimento local e sustentável. Os comerciantes têm de entender isso. Quando nós apoiamos a construção dos CEUs nas regiões carentes, eles geram desenvolvimento local.

Nós defendemos por isso todas as iniciativas de política pública que possa colocar dinheiro na mão do pobre para que possa desenvolver a região para que o dinheiro possa circular.

Finalizando, eu gostaria de dizer que a Vereadora Luna não está aqui hoje porque infelizmente hoje a homenagem do Sr. Toni Eustáquio foi algo que ela acabou organizando na Câmara, junto com o Deputado Donato, e acabou sendo no mesmo dia. Então, eu estou aqui representando o mandato e outros daqui estão lá. Mas é importante, sim, levantar o nome do Antônio Eustáquio porque ele traz Perus para um lugar importante na história do Brasil e é fundamental que ele seja homenageado como cidadão paulistano.

Muito obrigado e tenham uma boa noite. Beijo no coração.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Próximo inscrito, Sr. João Santo, assessor da Vereadora Sandra Santana.

O SR. JOÃO SANTO – Boa noite a todos e a todas. Boa noite, Presidente desta

audiência pública.

Recentemente apareceu no *site* de audiências públicas a questão do mapa. Eu queria perguntar ao relator, o Vereador Rodrigo Goulart, se o mapa vai ser uma questão ampla, se vai à leitura. Por quê? Apesar de não ser morador de Perus, sou morador da região de Santana, a gente teve uma atuação muito grande quando trabalhávamos para o José Police Neto. Batalhamos alterações em longa escala na zona Norte. Nós temos muito, inclusive, aqui nessa região, loteamentos que não tem mais características de ZEPAM - já não tinham em 2016 - e continuam como ZEPAM. Com certeza é para ser uma ZEIS, uma Zona Mista, qualquer coisa parecida. A mesma coisa São Cleto. Fico muito contente com o Eduardo aqui porque em algum momento lá atrás o Eduardo, da São Cleto, foi talvez enganado por alguém e, em 2016, a gente poderia ter feito alteração. A São Cleto tem uma parte de ZEPAM e uma parte ZEP, uma parte dela de fato é ZEP, mas a maioria do loteamento é ZEPAM. Ele falou corretamente que é uma área que, de fato, foi adquirida e foram enganados pelo loteador naquele momento. E, em 2016, não se resolveu porque alguém também não fez esse processo e o Eduardo e a população infelizmente não participaram.

Eu lembro que construímos na zona Norte, em particular, em Santana, e estamos formatando uma coisa nesse sentido também agora com a Vereadora Sandra, o Cantareira Viva. Seu Artur, se não me engano, falou aqui inicialmente e eu acredito que ele tenha participado desse movimento.

O Movimento Cantareira Viva foi um movimento que surgiu espontaneamente na região, a partir de diversos aspectos ideológicos e políticos. Não tinha uma padronização, não tinha uma questão partidária envolvida, e a gente fez grandes alterações na região porque a gente estimulava a participação, de fato, da população para debater o zoneamento.

Para terminar, sei que vai ter em Santana porque surgiu também, o senhor falou que também vai ter no Jaçanã. Vai ter também, se não me engano, na Casa Verde, que eu já vi no *site*. Mas o fundamental é a participação da população na audiência pública que vai ter na Câmara Municipal, quando vai se falar dos mapas.

Então, Vereador Rodrigo, relator, acho que o senhor conduziu fantasticamente bem a questão do Plano Diretor. E não estou sendo piegas não. Quando eu tenho que falar que não é, falo e não estou nem aí. Falei que o Santos teve dois pênaltis roubados, e o senhor não concordou comigo, mas teve mesmo, e o pênalti que foi marcado, de fato não foi. Mas, deixando a brincadeira de lado, acho que o relator fez um trabalho fantástico e acho que está na hora de a gente parar com essa conversa mole. Eu escutei o Arselino Tatto falando na audiência pública do Plano Diretor, na Câmara Municipal: o movimento de moradia não se mobilizou naquele momento do Plano Diretor. Foi Jair Tatto, não foi João Santo. Foi Jair Tatto, Vereador do PT, falando, está gravado.

Somos nós que temos que produzir a mobilização da sociedade. São as lideranças que aqui estão. Não acho que esse seja o papel do parlamentar. São as lideranças que aqui estão que têm que formar de fato uma mobilização popular, e é fundamental que essa mobilização se dê quando forem apresentados os mapas na Câmara Municipal de São Paulo. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Sr. João Santo. Quero também registrar a presença do Sr. César, engenheiro da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo, representando a Presidente Cleusa Ramos. Próximo inscrito, Sr. João Camilo, empresário da região do Jaçanã.

O SR. JOÃO CAMILO – Quero cumprimentar a Mesa pela possibilidade de a gente estar aqui e cumprimentar todos os presentes. É muito importante a presença de todos.

Meu maior sonho é ver uma cidade humana, próspera e limpa. O Plano Diretor discutido hoje tem que privilegiar, acima de tudo, as nossas divisas porque descentraliza a movimentação do nosso povo em direção à nossa grande cidade, que é São Paulo. Nós temos várias regiões já desenvolvidas, que poderíamos chamar de regiões completas. Descentralizar o Plano Diretor é valorizar a periferia, que é tão sofrida. Hoje, para que vocês tenham ideia, chegamos aqui uma hora e meia depois do início, e vim do Jaçanã, que é na mesma cidade a que vocês pertencem.

Todos nós pertencemos a uma cidade que é a quinta maior do mundo, com aproximadamente 22 milhões de habitantes. Então, nós temos que ter coragem para mudar essa movimentação. O zoneamento da nossa cidade é um zoneamento completamente covarde. Nós temos que privilegiar as nossas avenidas, as ruas principais dos nossos bairros porque tudo hoje é proibido. É proibido trabalhar, mas o que a gente vai fazer? O comércio, a indústria são polos geradores de desenvolvimento econômico, e isso tem que ser colocado no novo Plano Diretor. Nós temos a consciência de que a gente tem que avançar para o futuro, e o futuro é o emprego do lado de casa, como alguns dos colegas disseram.

Eu venho do Jardim Guapira, que está no Jaçanã, sob jurisdição do subprefeito Fábio Polillo. O Jardim Guapira é uma das regiões onde o zoneamento, lá na origem, privilegiava a Zona 1, que um dos nossos Planos Diretores do passado mudou, sem o consentimento e sem a anuência dos moradores daquele bairro. Aí, nós temos lá a necessidade de uma transparência para que o povo seja bem representado e seja um povo esclarecido. A gente pede sempre a participação popular, porque muitas das coisas que acontecem na nossa cidade a gente desconhece. Depois, a gente sofre as consequências do erro que fizeram, porque não moram no local de origem para o qual o Plano foi estabelecido. Quem decide é o povo, o povo que paga seu imposto para a movimentação da economia da cidade.

Nós temos uma grande cidade, que hoje é considerada a quinta maior do mundo, a quinta maior do Planeta, e tudo bem que ser colocado de acordo com a conveniência da cidade. Nós temos um problema sério de mobilidade. O zoneamento do meu bairro é uma Z2 hoje, sem o consentimento e sem o apoio da população. Lá nós temos uma avenida que circula o bairro, a Avenida Paulo Lincoln do Valle Pontin, onde é proibido trabalhar. Em uma situação como a que temos, com um desemprego acelerante, um desemprego em massa, nós temos que privilegiar os grandes empresários, os pequenos empresários e os médios empresários, porque são eles que alavancam a região onde vocês estão, onde nós estamos, enfim em toda a cidade de São Paulo. E nós temos a avenida Paulo Lincoln do Valle Pontin, que é ZCOR-1, onde não podemos ter vários tipos de comércio.

Nossa proposta é que todas as avenidas da nossa cidade tenham desenvolvidos qualquer tipo de comércio, ou seja, privilegiando quem vai investir nos bairros.

Queríamos hoje expor à Mesa a ZCOR - 3 para a avenida Paulo Lincoln do Valle Pontin, onde vemos uma aberração. Aliás, temos lá também a avenida Maria Amália Lopes de Azevedo, onde tudo pode. No mesmo momento, na mesma confluência, temos a Paulo Lincoln do Valle Frontin que não pode.

O Jaçanã também precisa de ajuda; é uma região com muita população, muito verde. Inclusive eu, particularmente, coloquei uma área verde que temos lá, o manancial Serra da Cantareira, como patrimônio da humanidade, pois queriam aterrar a área. Uma área verde! Muito obrigado a todos e que Deus nos ajude. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado. Próximo é o João Moreirão, depois encerraremos com a nossa sempre Vereadora Lídia Correa.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Sr. Subprefeito, demais autoridades, meus vizinhos de São Paulo, acho que temos um problema grave: discutir zoneamento sem mapa prévio, ainda que seja para ser modificado de acordo com as reivindicações...

- Manifestação na plateia.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - ... fica uma discussão, assim, no ar. Por exemplo: vi aqui uma definição muito boa, não lembro o nome do senhor que falou, mas ele falou das regiões industriais, porque, realmente, é um grande erro que São Paulo tem é essa teoria de tentar levar os povos para a Rebouças e para a Vila Mariana para aproximá-las do emprego, mas, na realidade, abandonaram a periferia. O que tínhamos de fazer é levar o emprego e a infraestrutura dos transportes para os bairros. Até porque só levar não deu certo, só juntou gente em apartamentos com muito dinheiro. E apartamentos para esses negócios rápidos como esses do tipo Airbnb etc.

Agora, na hora de colocar isso na Lei de Zoneamento, isso é do PDE, na hora de por isso na Lei de Zoneamento vamos discutir o quê? Acabaram de levantar a questão das ZCOR,

as zonas corredores, mas a realidade do Jacanã - eu garanto a vocês - é diferente das outras realidades. Isso não é bom nem mau, é a vida, a realidade da cidade. Temos de discutir o mapa. Onde é correto num local, no outro não é. Só que não vamos saber com regras gerais, regras essas que, se ficarem na generalidade, serão usadas a bel-prazer das incorporadoras e das construtoras para satisfazer a sua ganância inescrupulosa e dane-se a população. Esse é o grande problema que temos. E é o que tem acontecido. Esse é o problema.

Então a minha proposta, sei que tem uma explicação, pois eu conheço a apresentação da Prefeitura, aliás, duvido que alguém tenha entendido alguma coisa. Sou do Conselho Municipal de Política Urbana, venho há dois anos estudando o assunto e fico perdido com essas apresentações. Sei o que significam as siglas, mas não sei o que elas querem dizer na prática. Essa é a questão.

E nós ficamos apresentando, aqui, reivindicações corretas, mas isso vai se materializar como? Alguém falou, e achei bom: temos de nos mobilizar para conseguir a apresentação do mapa, só que até nós entendermos o mapa, já tem o primeiro substitutivo. Até entendermos o mapa já tem a segunda votação! Que foi o que aconteceu no PDE. Esse é o problema.

Lembro-me de que, quando foi apresentado o substitutivo, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Sindicato dos Arquitetos, o Instituto Poli, a Faculdade de Arquitetura da USP, a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie começaram a estudar o projeto, já estava na segunda votação. E eu sou especialista. Nós podemos não entender, mas eu tenho de entender do assunto. Essa é a questão.

A minha proposta é: para fazer essas audiências que seja apresentado mapa, ainda que esse mapa sofra alterações com base naquilo que a população reivindicar, mas tem de ser apresentado um mapa básico, porque não sei se vocês sabem, mas quando vem da Prefeitura vem um mapa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Para concluir.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - Para concluir, aí o Ministério Público pediu o mapa,

fizeram o mapa, mas o mapa é exclusivo, único, dos eixos do metrô e dos corredores de ônibus, e os outros mapas, dos bairros? Nada.

Aí depois que já estava na Câmara, já tinha tido uma primeira discussão na Comissão de Constituição e Justiça, apareceu um segundo mapa que ninguém viu. Então a questão é essa: tem de ter mapa, se não nós ficamos apresentando aqui reivindicações que, depois, não temos a menor ideia se deu certo ou se deu errado. Tem de ter o mapa, e convido V.Exas., para que possamos discutir qual é a diferença da ZCOR do Jacanã com a ZCOR de Parelheiros, com a ZCOR de outro lugar, pois, se não, fica uma generalidade e as construtoras é que vão decidir o que fazer.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Obrigado, João Moreirão. Por favor, a Vereadora, sempre Vereadora Lívia Correa com a palavra.

A SRA. LÍVIA CORREA - Boa noite a todos. Quero saudar a todos da Mesa nas pessoas dos Srs. Vereadores Fabio Riva e Rodrigo Goulart e a Vereadora Silvia, e cumprimentar todos vocês que participam dessa audiência pública.

Eu quero abordar uma questão que, na verdade, faz parte também do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, que cuida da nossa cidade. Há uma preocupação muito grande sobre o que hoje a cidade está enfrentando. Por isso, eu apelo para que a Câmara Municipal e os Vereadores reflitam bem sobre este momento e a necessidade que estão sendo colocadas nas mãos da Câmara Municipal de São Paulo.

A grande ocupação da cidade de São Paulo, chamada de adensamento, nada mais é do que favorecer a especulação imobiliária, que pega os terrenos pequenos que estavam subutilizados e constroem muitas torres, praticamente sem limites. Isso está e vai continuar trazendo muitos danos para a nossa cidade, como já vem acontecendo com as enchentes, com os transportes, as escolas; enfim, todos esses problemas que nós já conhecemos muito bem e com os quais convivemos na periferia, como o trânsito. Para chegar até aqui, eu gastei um tempo grande na avenida, que estava parada porque só tem uma mão e por onde todos os carros têm

que passar. A região vai crescendo muito e o viário continua o mesmo. Portanto, falta planejamento e investimento na cidade, cada vez mais os problemas vão se avolumando e o Poder Público, para dizer o melhor, está paralisado; especialmente o Executivo, assiste a tudo, acompanha e, muitas vezes, favorece essa ocupação que já era desordenada no passado e agora está muito pior.

O Poder Executivo assiste a isso e permite que aconteça. Cada projeto é isolado, como se fossem puxadinhos, não há mais projetos integrados. A obra do Rodoanel, por exemplo, que eu espero que vamos ter aqui próximo, já está parada praticamente há mais de década. Só há uma única via de acesso ao Rodoanel trecho Norte, que é a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães. Apesar de estar sendo construído um monte de empreendimentos aqui, torres, eu não vejo ninguém apresentar um projeto de alargamento da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães. Eu não estou nem falando de duplicação, apenas de alargamento quando ainda é possível de fazer, mas, daqui a pouco, vai ficar impossível. Estão apenas assistindo a isso enquanto todo mundo está assustado. Não há uma voz que se levante com competência, com decisão, com força e unidade para impedir essa barbárie que está acontecendo na nossa cidade.

Eu também vim falar sobre o projeto da MRV. A região está assustada e preocupada com esse empreendimento que vem sendo apresentado. Nós estamos assustados. Eu sei que há conversas para uma audiência pública, que é preciso ser feita urgentemente, e nós queremos pedir...

O SR. FABIO RIVA – Já foi aprovada pela Comissão de Política Urbana e vai acontecer nos próximos 15 dias aqui no território.

A SRA. LÍDIA CORREA – Nós precisamos urgentemente discutir e saber, porque o que a gente conhecia era um projeto anterior e, a partir de março, começou uma movimentação naquela área nobre, uma das maiores áreas ainda verdes da cidade de São Paulo, árvores sendo cortadas e serradas e retirada de toda proteção daquela terra.

O que nós estamos dizendo é que não dá para continuar esse projeto da MRV como está sendo tocado, sem nós termos conhecimento do que está sendo feito lá, do vai ser feito, e

as informações que nos chegam são as mais assustadoras, de cerca de cem torres e 15 mil unidades, mas nenhuma informação sobre o aumento do viário, aumento de escolas, de unidades de saúde e segurança para a região como um todo.

O que nós estamos pedindo hoje é o alargamento da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães e outras melhorias, porque a área inclusive tem nascentes, que nós não temos conhecimento se estão ou não sendo protegidas, apesar de já ter uma lei federal. A MRV está enviando máquinas a bel-prazer.

Era isso que eu queria dizer, sempre na esperança de que a gente vá conseguir reverter esse quadro e na confiança da nossa mobilização, da nossa organização, da nossa unidade e da nossa luta. E, aos Vereadores que estão participando desta audiência pública, saibam que podem contar conosco, porque nós queremos apoiá-los nessa campanha por uma São Paulo com um desenvolvimento com um planejamento mais racional e que permita uma vida melhor para o seu povo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, sempre Vereadora Lídia Correa.

Nós que acompanhamos e participamos das audiências públicas, queremos agradecer e parabenizar vocês por cada contribuição, todas propostas importantíssimas e pertinentes, sempre com respeito. A zona Norte tem feito seu papel nessas audiências públicas.

Gostaria de indagar os subprefeitos e os representantes dos subprefeitos se gostariam de fazer uso da palavra rapidamente antes de a palavra ser passada aos Vereadores. (Pausa). Tem a palavra o Fabio, subprefeito do Jaçanã/Tremembé.

O SR. FABIO POLILLO – Boa noite a todos. Primeiramente, em especial, queria agradecer a presença da Sra. Katia, representando o Clube Guapira que, neste mês, comemora 105 anos; agradecer a presença dos Srs. Camilo e Ivan, em nome de todos os empresários da JT; do Sr. Cleber, da Nova Paris, na pessoa do qual agradeço a presença de todos os movimentos de moradia da JT; do Sr. Humberto, que está representando o Rotary Jaçanã; da Dona Rosa, na pessoa da qual eu gostaria de agradecer a presença de toda a população do

Jaçanã/ Tremembé. Parabéns pela fala. E, em especial, eu queria agradecer a presença do Sr. Guilherme Corrêa, Presidente do Salve Periférico. Obrigado a todos.

Temos uma data a ser cumprida, em breve, no CEU Tremembé, onde teremos a nossa audiência e quero mais gente do nosso bairro e mais gente da zona Norte.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Alguém mais? Tem a palavra o Sr. João Evangelista dos Santos Neto.

O SR. JOÃO EVANGELISTA DOS SANTOS NETO – Estou como Subprefeito de Santana/Tucuruvi/Mandaqui, uma região com 350 mil habitantes, já cumprimentando o Vereador Fabio Riva, que está sempre na região. E quero aproveitar a oportunidade para falar que, em outra ocasião em que estive no Governo Federal, estava com ele presente também cuidando de Perus, fazendo ações de políticas públicas em melhoria dos equipamentos públicos, através do Governo Federal. E agora como Subprefeito há quase dois anos.

Conheço o trabalho do Fabio Riva em Perus e da Luciana, que já está há um tempo também desenvolvendo trabalhos, e falar da importância deste auditório cheio, que é a maior resposta que uma audiência pública pode dar. Sem a opinião de vocês, não há como fazer ações de políticas públicas, não há como fazer o crescimento da nossa cidade, o desenvolvimento de atividades, de emprego, mudar o zoneamento onde precisa. Nós, sozinhos, não conseguimos fazer isso. É uma cidade muito grande, complexa, com 12,5 milhões de habitantes. O nosso Prefeito Ricardo Nunes está fazendo um trabalho sensacional, é o melhor momento que a Prefeitura passa, porque a receita vem crescendo.

Para o próximo ano, o orçamento vai estar um pouco melhor, vai dar para implementar mais obras – muitas das quais o Prefeito já está implementando. A cidade, hoje, é um verdadeiro canteiro de obras, porque é uma oportunidade de melhorar. E a opinião de cada um de vocês é importante. Eu quero agradecer a cada um de vocês.

Todo mundo da região da Zona Norte – Santana, Tucuruvi, Mandaqui –, tragam opinião para nós, na Subprefeitura, que nós ajudamos a encaminhar para as comissões, e,

assim, melhorar as ações que o Prefeito precisa fazer.

Obrigado. Fiquem com Deus. Grande Abraço. (Palmas)

O SR. FÁBIO POLILLO – Boa noite a todos.

O meu nome é Fábio. Eu sou chefe de gabinete da Subprefeitura Pirituba-Jaraguá.

Quero parabenizar todos os que se dispuseram a vir à audiência para colocar as necessidades quanto ao zoneamento.

Parabéns, Vereador Fabio Riva e demais Vereadores.

A Subprefeitura de Pirituba está com a porta aberta. Nós estamos com uma gestão nova, completando seis meses, conhecendo todas as necessidades do bairro, dos distritos, que são grandes.

Quero parabenizar a sempre Vereadora Lídia, que também está presente lá; os movimentos culturais, na pessoa da Mônica, que vêm apresentando as necessidades, cada um na sua área de atuação.

O Subprefeito Marcos Zerbini está sempre ouvindo, está sempre disposto a entender as necessidades dentro daquilo que é competência da subprefeitura, e a colaborar, para que sejam atendidas.

Em nome dele, me coloco também à disposição. Quem tiver alguma necessidade, quem precisar levar algo para a subprefeitura, estamos sempre de prontidão.

Boa noite. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Heitor Sertão.

O SR. HEITOR SERTÃO – Boa noite à plateia, esse pessoal valente e competente que falou das necessidades da nossa cidade.

É, claro, cada discussão que há sobre um bairro, representa a cidade através do discurso. Acho que foi muito bacana o que vocês colocaram aqui.

Eu sou o Heitor, da Subprefeitura Freguesia-Brasilândia.

Eu vi poucas pessoas da Freguesia-Brasilândia falando, mas o Sr. Quintino é o nosso

grande representante do meio ambiente, uma pessoa maravilhosa, que está sempre conosco discutindo e participando.

Então, eu gostaria de parabenizar vocês, a Mesa, a Câmara, o Vereador Fabio Riva que está hoje na coordenação desse trabalho maravilhoso e dizer que nós estamos sempre à disposição de vocês na Subprefeitura para atendê-los no que for necessário.

Muito obrigado.

Boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado.

O SR. ROBERTO GODOY – Quero dar um boa noite a todos e a todas. Meu nome é Roberto Godoy, Subprefeito da Vila Maria. Quero cumprimentar, especialmente, a Mesa, na pessoa do Vereador Fabio Riva, pelo qual tenho apreço e um carinho importante, assim como o Vereador Goulart e Vereadora Silvia que estão à frente desse trabalho sensacional.

Sabe-se que são muitos os desafios, muitas audiências públicas têm sido realizadas na cidade como um todo. É obrigação dos Subprefeitos estarem presentes, assim como, também, no Jaçanã, quando houver, estarei presente para fortalecer e colaborar com a nossa querida Vila Maria.

Quero aproveitar para trazer um reforço ao relator da Lei de Zoneamento e de revisão para a Linha Celeste 19 do Metrô que vai passar pela Vila Maria. Isso depende de uma obra do Governo do Estado, mas, talvez, seja o momento de a Lei de Zoneamento prever a recepção desse eixo de transformação dessa região que vai receber as obras. Não sabemos quando, mas fica o nosso reforço como Subprefeitura, e, também, da população. Eu creio que seja unânime na nossa Vila Maria.

Muito obrigado.

Parabéns aos colegas Subprefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado.

Passo a palavra ao Guaracy, da Casa Verde. (Palmas)

O SR. GUARACY FONTES – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa na

figura do Sr. Vereador Fabio Riva; a Vereadora Silvia e o Vereador Rodrigo.

Estamos na Subprefeitura de Casa Verde. Meu nome é Guaracy. Estou à disposição de todos. Quero cumprimentar todos vocês na figura do meu Presidente João Moreirão e de uma antiga amiga que é a Aline, a qual conheço há muito tempo sempre na luta, na batalha, pelo povo. Isso é muito bacana de ver, com a mesma força que a conheci lá atrás, a mesma garra.

Muito obrigado.

Estou à disposição de todos na Subprefeitura e agora, caso tenham alguma dúvida.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Agora a nossa anfitriã, Subprefeita Luciana Torralles.

A SRA. LUCIANA TORRALLES FERREIRA – Boa noite a todos, a todas. É um prazer receber todos vocês, hoje, no nosso território, conhecendo a nossa casa, a nossa realidade, trazendo as demandas.

Quero cumprimentar a Vereadora Silvia da Bancada Feminista. São muitas mulheres nessa gestão e muitas mulheres que estão ganhando a Câmara Municipal. Parabéns. Quero cumprimentar o Vereador Rodrigo, o Vereador Fabio Riva, nosso Líder do Governo na Câmara, e um agradecimento especial a todos os conselhos aqui presentes. Se eu esquecer de algum, vocês me falem: Cades, CPM, Conselho Tutelar, Conselho de Saúde, Conselho de Segurança. Faltou algum?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TORRALLES FERREIRA – Já falei Saúde, e Conselho Participativo. Dos movimentos de moradia, vou cumprimentar o Cesar, da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo, em nome de quem cumprimento os demais movimentos de moradia, muito presentes no nosso território; todas as lideranças, moradores e empresários locais.

Eu acredito que juntos, mantendo o diálogo nessas audiências e mantendo as portas, como falamos aqui, com os Subprefeitos para ouvirem vocês, a gente consegue melhorar o

nosso bairro, e do nosso bairro, melhorar a cidade de São Paulo.

Nós temos um trabalho aqui na Subprefeitura, vou fazer um pouco de propaganda. Quem quiser falar comigo, além de hoje, eu estarei atendendo toda quinta-feira, das 10 horas ao meio-dia. Faço atendimento na Praça de Atendimento da Subprefeitura, que está em reforma, como toda São Paulo, para trazer mais um Descomplica para o nosso território. E eu queria somente entrar no detalhe da questão da obra que o Mad citou, o morador falou. Nós aguardamos 40 anos por uma obra de prevenção e combate às enchentes do Ribeirão Perus. Há mais de 40 anos, toda a população local sofre com as enchentes e se hoje tivesse chovido como ontem, nós não teríamos chegado. E se não fosse essa obra que está em andamento, desde 2022, com conclusão prevista para 2025, essa população continuaria sofrendo.

A Gestão Ricardo Nunes acreditou, reconheceu a necessidade de trabalho, de melhorias para a periferia de São Paulo, e tem investido muito na parte de drenagem, pavimentação e no combate às enchentes. Então, eu me coloco à disposição hoje, com a minha equipe, para atendê-los no que precisar. Muito obrigada, boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Luciana. Agora passo a palavra para a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Queria cumprimentar todos os subprefeitos e subprefeitas, cumprimentar também meus colegas Vereadores Fabio Riva e Rodrigo Goulart. Mas queria cumprimentar especialmente os movimentos populares, o MTSP que está aqui, é um movimento de moradia; cumprimentar os outros movimentos, o Salve Periférico, que também está aqui; e a ATST – Associação dos Trabalhadores Sem Terra; e o Movimento Ousadia Popular, do Seu Quintino que já veio aqui e falou. (Palmas)

Os movimentos populares têm muita importância na nossa cidade. É através da organização popular que se consegue a maioria das coisas, sem organização não conseguimos nada, sem mobilização não se consegue nada, sem pressão não se consegue nada. Então movimento social organizado é tudo para que a cidade possa, de fato, se desenvolver para o povo.

Queria começar falando sobre as audiências públicas. Já foi falado sobre o número de audiências públicas e também dos locais. Eu fui uma que na Câmara propus que houvesse uma audiência por subprefeitura. Por quê? Mais do que o número de audiências públicas, o mais importante seria que cada subprefeitura tivesse uma porque é muito difícil as pessoas se locomoverem, São Paulo é uma cidade muito grande. Vejam que na zona Norte, só aqui são sete subprefeituras. Então o ideal era que tivesse uma audiência pública por sub. Eu ouvi o Vereador Fabio Riva dizer que vai ter uma audiência na Jaçanã-Tremembé, mas e as outras, vão ficar sem audiência?

Então eu acho que nós deveríamos voltar com a proposta de fazer pelo menos uma audiência pública por subprefeitura, porque assim garante a participação popular. (Palmas)

Sobre a zona Norte, eu dei uma olhada no mapa onde estão demarcadas as ZEIS. Tem bastante ZEIS demarcadas em comparação com outras regiões, por exemplo, com a região onde a gente fez a última audiência pública, Pinheiros, Lapa, Butantã. Aqui tem mais ZEIS, mas mesmo assim ainda é insuficiente, pelo déficit habitacional da zona Norte. Também verifiquei: aqui tem um déficit de 33 mil moradias, então nós precisaríamos de mais demarcação de ZEIS e também de mais projetos habitacionais, porque também não adianta demarcar ZEIS e não ter projeto habitacional para HIS-1, principalmente. É o que o povo mais precisa, que é quem ganha de zero a três salários mínimos.

Eu também dei uma olhada nos números de Perus, não peguei os números de toda a zona Norte. Nos números de Perus - o Riva me corrija se eu estiver errada - de 2020 a 2022 são 124 unidades, mais 78 unidades entregues, mais 988 unidades licenciadas pelo Pode Entrar. Vejam, é insuficiente diante do déficit habitacional.

Então do que nós precisamos? Moradia se garante com demarcação de ZEIS, principalmente ZEIS-1, ZEIS-3, e também a questão de projetos habitacionais. Nós precisamos garantir isso aqui na demarcação do Zoneamento. Infelizmente, nessa minuta de Zoneamento não tem ampliação das ZEIS; precisa ter ampliação das ZEIS. Acho que o Relator aqui está anotando tudo que a gente está falando e vai não anotar, mas ouvir e colocar no substitutivo.

A gente tem aqui em Perus, também, uma das regiões de São Paulo com mais áreas verdes e corredores ecológicos. Nós precisamos de demarcação para proteger essas áreas. (Palmas)

Então nós temos, por exemplo, aldeias indígenas em toda região do Jaraguá. Hoje, há especulação imobiliária querendo construir prédios de alto gabarito perto da aldeia indígena. Não podemos deixar isso acontecer.

Nós precisamos pensar como demarcar o envoltório dessas aldeias para preservar, não correndo risco de incorporadoras construírem prédios enormes, gigantescos, ao lado de aldeia indígena.

Creio que seja uma questão cultural, como uma companheira que falou. A gente está perto do Quilombaque, que é uma ocupação cultural. Há uma história que pode ser contada sobre Perus que é de cultura, de memória.

Nós tivemos aqui em Perus a maior greve dos cimenteiros, que durou muito tempo durante a ditadura militar. Foi chamada de a Greve dos Queixadas. A gente tem muita memória e história, por isso é preciso ver como demarcar para que essas áreas culturais sejam preservadas através de ZEPECs e do instrumento do zoneamento (Palmas) para preservar esses lugares de não correr o risco de ficar à disposição do mercado da especulação imobiliária.

A gente quer o quê, gente? A gente quer de um lado a moradia e, de outro, quer a preservação do meio ambiente, da natureza e da cultura. É disso que a gente precisa.

Vamos garantir isso neste zoneamento com participação popular. Por isso, a gente continua insistindo, uma audiência pública por subprefeitura.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Vereadora Silvia. Agora, com a palavra o nosso Relator da Lei de Zoneamento, que anotou ponto a ponto todas as falas. Com a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa noite a todas e todos, cumprimentando o nosso Presidente Fabio Riva, Vereadora Silvia da Bancada Feminista e a nossa Subprefeita de Perus,

cumprimento a todos que compõem a mesa, em especial a Subprefeita por nos receber no território, mas também em nome dela cumprimento cada um dos Subprefeitos ou representantes das sete subprefeituras da zona Norte, mostrando a responsabilidade e o compromisso de cada um de vocês de acompanhar esse tema tão importante para a cidade de São Paulo.

Esta é a segunda audiência pública regional, na quinta-feira, salvo engano, foi a primeira feita na Lapa, Pinheiros, Butantã. Com certeza vocês estão dando hoje um grande exemplo, como disse o Vereador Fabio Riva, de participação, com propostas, com demandas – e poucas vão além do que estamos discutindo nessa Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, mas, com certeza, todos os apontamentos serão analisados, não só por mim, como Relator, mas também por cada um dos membros da Comissão e pelos 55 Vereadores.

Lembro que nós revisamos, em julho de 2023, a Lei do Plano Diretor Estratégico, uma lei de 2014, e estamos agora revisando a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que é uma lei de 2016. Então, tem nove anos o Plano Diretor e praticamente sete anos a Lei do Uso e Ocupação, que é a famosa Lei de Zoneamento. Então, tudo que temos, hoje, na cidade, são frutos dessas legislações vigentes, ou desde 2014, ou desde 2016.

Aqui, é um fato. Aqui, é consenso de todo mundo – não só desta audiência pública, mas de tantas outras que nós já fizemos – que não são legislações boas. Há diversos apontamentos de dificuldades. Todos esses apontamentos que vocês fizeram são frutos dessas legislações que têm nove ou sete anos.

Então, é isso o que estamos fazendo neste momento, uma revisão intermediária já prevista nessas leis originais. É exatamente para isso, para revemos esses pontos que cada uma das senhoras e cada um dos senhores apontaram.

São várias preocupações nesta regional. Nós vimos a questão da ZEPAM, que também foi lembrada por quem me antecedeu, à Mesa, bem como a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, inclusive. Há a preocupação de preservação, mas também há alguns pontos de que alguns, aqui, falaram.

Há muitas áreas que hoje estão com moradias, que continuam como ZEPAM. Então,

é uma preocupação, inclusive, no Plano Diretor. Nós deixamos ali uma possibilidade de transformarmos quem já estava lá antes do Plano Diretor de 2014, para que pudéssemos ter uma possibilidade de mudança desse zoneamento.

Também há a ampliação da ZEIS. Não adianta fazermos como fizeram, lá, em 2014, e pintarmos ZEIS por aí. Deixar só pintada no mapa e fazer só discurso é muito fácil. Quero ver implementar o trabalho, os programas sociais, os programas de moradia.

Então, nós estamos analisando a cidade toda, de onde realmente devem ser implementadas novas ZEIS, onde elas deverão ser modificadas, mas com os programas de habitação. Um dos exemplos que estávamos dando aqui e foi citado em uma das falas, o Programa Pode Entrar, um programa inovador, com certeza poderá ocupar muitas dessas ZEIS que foram demarcadas.

A questão dos mapas – o Moreirão falou aqui – o único mapa que tem nessa legislação é o mapa que se refere aos eixos. Todos os outros mapas, como é a Legislação original de 2016, o que está valendo hoje são os mapas de 2016, que serão ou não revisados. Por enquanto não temos mapas novos, os que serão possíveis de mudanças, mas os mapas que hoje valem como os mapas do zoneamento são os da lei de 2016 que estão sendo analisados para essa revisão.

Questão de ZECOR, ZER são algumas preocupações. Estávamos falando aqui sobre preservação não só dessas Zonas Estritamente Residências, predominantemente residências, Zonas Corredor também, mas como a Silvia também disse a nossa preocupação com a preservação histórica, cultural, paisagística da cidade, questão ambiental também. Temos a questão dos eixos, sempre muito falado, muito polêmico. Desde de 2014 os eixos são passíveis de controle. Quem já viu aqui algum eixo ser controlado de 2014 para cá? Ninguém. Então foram nove anos de possibilidades, mas nenhum dos que passaram ou dos que fizeram lá atrás em 2014, controlar qualquer tipo de eixo. Então muito se falou de ampliação, mas nós iremos preservar a história, a cultura, o paisagismo urbanístico da cidade, a paisagem urbanística da cidade através dessa possibilidade de controlar área de influência de eixo.

Também apareceu aqui nessas discussões, são poucas as regiões da cidade que tem essa possibilidade, mas as ZPIs, as zonas industriais da cidade. Sabemos da importância da geração de emprego e renda na cidade não só através das ZPIs, mas outras zonas que criam serviços. Então temos essa responsabilidade de olhar para essa questão.

O Vereador Fabio Riva que tem essa proximidade com os movimentos de moradias. Nós sempre discutimos a geração de emprego e renda em cada uma das regiões da cidade.

E muitos falaram aqui sobre a questão de participação e da distância, mas eu duvido que alguém aqui esteja mais longe de casa do que eu. Eu sou lá da zona Sul. Então, eu acho que de quilometragem aqui eu ganho de todo mundo.

É muito importante que possamos participar de todas essas discussões, trazer propostas como cada um de vocês trouxe e eu acho que muito em breve nós teremos a proposta da Câmara para que possamos aprimorar da melhor forma possível essa legislação. Mas não tenho dúvida de que cada um dos representantes que estão aqui, seja do Executivo, seja do Legislativo, está pronto, preparado, para fazer a melhor Lei de Uso e Ocupação que temos e sobre o que vamos poder fazer.

O Vereador Riva e a Vereadora Silvia, temos essa responsabilidade, a nossa Comissão de Política Urbana. Apesar de eu ser lá da zona Sul, eu já discutia muito sobre a região, principalmente, Perus, mas outras áreas da zona Norte com diversos dos Vereadores que compõem também a Câmara lá com a gente. Não só o Presidente, Vereador Milton Leite, o Vereador Paulo Frange, Vereador Fabio Riva, discutimos muito sobre Perus. No meu primeiro mandato discutia muito sobre Perus com o Vereador Police Neto, que foi meu líder na Câmara, líder do meu partido; Vereadora Ely Teruel, acho que eu não esqueci de nenhum aqui que representa a zona Norte, são grandes parceiros e estão todos empenhados na busca da melhor legislação para a região Norte.

Então, pessoal, parabéns a todos pela participação e continuo à disposição de cada um de vocês não só nas audiências públicas, mas também lá na Câmara Municipal. E é muito importante lembrarmos de todas as possibilidades de participação, não só de forma presencial

aqui nas audiências públicas, tanto as regionais, como também na Câmara, como também de forma virtual, as que acontecem na Câmara, o pessoal da TV Câmara, da Rede Câmara tem feito um trabalho extraordinário com os funcionários da Comissão, transmitindo essas audiências além de cada uma das Subprefeituras, a possibilidade de vocês terem acesso a um computador com acesso ao *hotsite* criado pela Câmara Municipal de São Paulo para cada uma das contribuições que vocês tiverem.

Só para finalizar, pois já falei demais. Quero cumprimentar a sempre Vereadora Lídia Correa. O Guaraci falou, ali, do tempo que ele conhece a Lídia, mas os dois me conhecem bem antes de eu pensar em nascer: eles conhecem meu pai há 40 e tantos anos, não é, Lídia? Guaraci, a Lídia está bem mais calma, não é? (Risos) Bem mais calma. Eu já vi a Lídia, no tempo do MR8, bem mais exaltada, não é, Lídia? Parabéns pela continuidade da sua participação nos processos democráticos e populares. Muito obrigado, e parabéns a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Rodrigo. Estamos nos encaminhando para o encerramento. Quero, de forma muito breve, falar um pouco sobre a questão do zoneamento e sobre as ZEIS.

A Vereadora Silvia mencionou muito bem. Estão aqui os movimentos de moradia, especialmente o do TST, do qual faço parte. Aqui em Perus, Silvia, você falou que a Prefeitura, com ação direta, tem 278 unidades, que são aqui do Bamburral, e tem 988 licenciadas. E olha a importância dos movimentos: só o nosso movimento aqui em Perus, nos anos de 2022, 2023, produziu 4 mil unidades habitacionais, 4 mil lotes urbanizados com toda a infraestrutura. Isso mostra que quando você demarca ZEIS, os movimentos populares têm participação efetiva e a Prefeitura tem a possibilidade de colocar recurso para infraestrutura, a gente faz mais do que o Poder Público. Com o Programa Pode Entrar, nós estabelecemos uma condição de aceitar entidades para que elas possam indicar as demandas para haver possibilidade de trabalhar com os movimentos, Isso mostra que, muitas vezes, se o Poder Público tiver o olhar atento para os movimentos, a gente pode produzir as unidades habitacionais. Então, tenho certeza de que várias ZEIS vão ser demarcadas aqui no território da zona Norte como um todo para que a gente

possa prover mais unidades habitacionais.

Fora a questão da habitação, muitas vezes as pessoas colocam a habitação e o meio ambiente como matérias conflitantes, e não são conflitantes. Elas podem conviver de forma harmônica, até porque nos loteamentos hoje apresentados precisamos deixar áreas verdes e quando há nascentes, têm que ser preservadas. Então, todo critério que é passado também para os movimentos é aquilo que a gente vai cobrar do privado que faz empreendimentos grandes e que, eventualmente, a gente não sabe se está preservando como os movimentos, que são cobrados a preservar. O rico, o empresário pode construir Habitação de Interesse Social, e ninguém fala de nascentes. Quando o movimento popular vai lá, ocupa, compra, aí começa todo mundo vir falar em nascentes. Então essa é a realidade e nós vamos mudar aqui também. Vamos preservar o meio ambiente, mas incluir a possibilidade de Habitação de Interesse Social e, mais do que isso, também temos aqui o eixo da Raimundo Pereira de Magalhães.

Acho muito importante o desenvolvimento dos eixos, alterarmos os zoneamentos desses eixos para produção de emprego e renda, isso é manter as pessoas no território. Então é um olhar atento que tem na Fernão Dias, tenho certeza que tem lá em Santana, em toda a região Norte da cidade temos essa preocupação de manter o nosso morador próximo de casa, ter o emprego próximo da casa, assim nós diminuimos deslocamentos, evitamos o transtorno de ter de pegar uma avenida bastante saturada com transporte público, portanto vamos tentar fazer um trabalho bastante incisivo nisso.

E para finalizar, queria, do fundo do coração, agradecer a cada um e a cada uma de vocês, também agradecer às sete Subprefeituras aqui representadas, à Câmara Municipal, à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, onde estamos todos os dias, com uma tarefa árdua. É uma comissão de mérito. Aquela comissão que tem de se debruçar efetivamente para discutir as questões urbanísticas da cidade é essa comissão.

A Comissão de Comissão e Justiça cuida só da questão legal, se é constitucional ou não é, claro é importante também; as outras comissões, como a de Trânsito, Transporte, Educação, Saúde, mas quando falamos em desenvolvimento da cidade estamos falando da

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenho certeza de que os membros aqui, respeitando muito a todos, cada um tem uma posição partidária, ideológica, mas nos respeitamos mutuamente, pois é para o bem da cidade e do cidadão que estamos trabalhando. Esse é o exercício pleno daquilo que é servir as pessoas. Estou certo que o auditório, com essa representatividade, aliás, quero aqui, mais uma vez, contrapor a fala de quem acha que tem de estar com o auditório cheio. A quantidade não quer dizer qualidade.

Vejo aqui que todas as pessoas que fizeram suas contribuições mostraram qualidade e foram propositivas nas suas ações. É isso que a Comissão precisa. Para ficar fazendo gritaria e ser contra só para ser contra, isso não contribui com o debate. Só enriquecemos o debate quando temos qualidade e com pessoas que vêm fazer suas propostas com caráter propositivo.

Então, em nome da Câmara Municipal – não só da Comissão de Política Urbana, porque somos 55 Vereadores e Vereadoras, da Câmara Municipal, e eu sei que vocês têm um certo contato com alguns deles –, eu agradeço a todos vocês presentes.

De uma forma ou de outra, apesar das divergências, nós queremos o bem da população, a construção de uma cidade mais justa, com mais emprego, com mais habitação, com mais saúde, com mais qualidade de vida para as pessoas.

Reforço que as contribuições podem ser feitas pelo [site www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audienciaspublicas/](http://www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audienciaspublicas/). Aqueles que se sentirem mais confortáveis, podem fazer um documento e protocolar na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Agradeço a todos os queridos colaboradores da Câmara Municipal de São Paulo, o pessoal da assessoria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Muito obrigado por, mais uma vez, vocês tornarem este um ambiente saudável para nós realizarmos as audiências públicas. Agradeço também à Rede Câmara e a cada um de vocês que compareceram.

Nós ainda temos a realizar várias outras audiências públicas que estão sendo

publicadas. Aproveito para convidar todos a participarem das próximas audiências públicas: amanhã, terça-feira, dia 31/10/2023, às 11h, no Plenário 1º de Maio da Câmara Municipal de São Paulo; sexta audiência pública da região Leste também amanhã, terça-feira, no CEU Sapopemba, no dia 31/10/2003; quarta-feira, dia 1º de novembro, às 11h, na Câmara Municipal de São Paulo; segunda-feira, dia 06/11/2023, às 11h, na Câmara Municipal de São Paulo, e segunda-feira, dia 06/11/2013, às 19h, no CEU Vila Rubi, Rua Domingos Tarroso, nº 101, Vila Rubi, região Sul.

Eu não vou ler todas, mas com certeza, vocês vão encontrar o calendário de todas as audiências públicas.

Tenham todos uma boa noite. Deus abençoe a todos e até a próxima. (Palmas)

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
